

# ***A Imprensa Libertária: jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do Século XX***

*The Libertarian Press: journalism worker and anarchist resistance in the first decade of the XX century*

**Carlos Marques<sup>1</sup>**

## RESUMO



Os líderes do movimento operário brasileiro, nos primeiros anos do século XX, se esforçaram para manter a unidade entre a classe operária brasileira, a fim de conseguir melhorias nas condições de trabalho e de vida operários, utilizando diversos mecanismos para organizar os operários, seja por meio de associações sindicais, então, da imprensa operária, que em muitos casos foi mais atuante que o próprio sindicato. Os anarquistas, retido aqueles que seguiram uma orientação sindicalista revolucionária, utilizaram de forma considerável o jornal operário, com textos e imagens alusivos aos ideais anarquistas, de libertação da classe operária e de uma moral que se definia como não contaminada pelos dogmas da igreja e do patrão burguês. Sendo assim, o trabalho aqui tem por objetivo analisar as características editoriais desta imprensa que se constituiu no início da Primeira República, e que propiciou uma tentativa de organização da classe trabalhadora brasileira, bem como os ideais de resistência que predominaram no movimento operário da Primeira República.

*Palavras-chave: Sindicalismo revolucionário. Anarquismo. Imprensa.*

<sup>1</sup> Especialista em História Social e Ensino de História pela Universidade Estadual de Londrina, metrandu do curso de História Social (UEL).

**ABSTRACT**

The leaders of the Brazilian labor movement in the early years of the XX century, have struggled to maintain a dialogue between the Brazilian working class in order to achieve improvements in working conditions and living standards of workers, using various mechanisms to organize the workers, is through trade unions, or else labor unions, which in many cases was more active than the union itself. The anarchists, especially those who followed a revolutionary syndicalist orientation, used from considerable form the newspaper workers, with texts and pictures depicting the anarchist ideals of liberation of the working class and a morality that is defined as uncontaminated by the dogmas of the church and bourgeois employer. Thus, the study aims to analyze the characteristics of this press editorials which was the beginning of the First Republic, which provided an attempt to organize the Brazilian working class, as well as the ideals of the current labor movement that prevailed in the First Republic.

*Keyword: Revolutionary syndicalism. Anarchism. Press.*

A República foi recebida pela classe operária com uma expectativa positiva, que logo se transformou em uma grande desilusão, na medida em que se mostrou incapaz de atender aos anseios da classe operária (BATALHA, 2003, p. 173). Ou seja, com o final do regime monárquico houve a implantação de uma nova ideologia republicana e a expectativa de várias correntes políticas de encontrar oportunidades de implementarem, na prática, a concretização de suas idéias.

Segundo Claudio Batalha, essa desilusão propiciou três tipos de respostas por parte do movimento operário. A primeira foi “a da busca de obtenção de direitos sociais, sem questionamento do sistema político, sustentada pelo positivismo, cooperativistas e toda uma série manifestações do sindicalismo reformista” ; a segunda é atribuída à posição dos socialistas, que visavam mudança no sistema político-eleitoral propondo “a conquista de direitos sociais aliada a direitos políticos” , e a terceira foi “a posição de negação da política institucional, depositando na ação direta a forma de pressão necessária para obtenção de conquista” defendida pelos libertários, sobretudo anarquistas e sindicalistas revolucionários. (BATALHA, 2003, p. 174-175).

No Brasil, entre os primeiros anos do século XX e o início da década de 1920, o sindicalismo revolucionário foi uma das concepções da prática sindical mais difundida no movimento operário. Inspirada no modelo da política adotada pela Confederação Geral do Trabalho francesa, o sindicalismo revolucionário, fundou suas bases na ação direta, atribuindo ao sindicato o papel fundamental na organização dos trabalhadores e à greve geral o de único instrumento para realização da revolução social. O sindicalismo revolucionário, ou anarcossindicalismo como ficou conhecido pelos estudiosos do

movimento operário, possui uma “nítida influência do anarquismo” , porém, como ressalta Claudio Batalha não sendo apenas uma ramificação do anarquismo, mas sim uma corrente autônoma. (BATALHA, 2000, p. 28-29).

Novos estudos sobre o movimento anarquistas apontam para as diferenças entre anarquistas e sindicalistas revolucionários. Segundo Thiago Bernardon o sindicalismo revolucionário foi muito mais um método de ação do que propriamente uma corrente política autônoma, pois os “anarquistas o viram como meio para manterem-se atuantes no movimento operário, para conseguir adeptos e combater seus adversários” . Ou seja, para o autor o termo anarcossindicalismo se refere aos anarquistas adeptos da estratégia do sindicalismo revolucionário. (OLIVEIRA, 2009, p. 31).

Segundo Claudio Batalha, o sindicalismo de ação direta ou sindicalismo revolucionário “fundava-se na rejeição de intermediários no conflito entre trabalhadores e patrões; na condenação da organização partidária e da política parlamentar; na proibição da existência de funcionários pagos nos sindicatos...” , as principais diferenças ante o anarquismo “estão em atribuir ao sindicato o papel de embrião da sociedade futura e a greve geral, o de único instrumento para realização da revolução social.” (BATALHA, 2003, p. 29-31).

Para os sindicalistas revolucionários era preciso organizar o movimento apoiado sobre três princípios: propaganda, educação e rebelião, por meio da organização de eventos culturais, produção de folhetos, jornais, revistas e outros materiais impressos, para que os operários se engajassem na luta pela liberdade.

A propaganda anarquista crescia no meio operário, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, não apenas, mas também devido à presença de imigrantes, que chegavam ao Brasil para substituir a mão-de-obra escrava ou devido às perseguições em seus países de origem, o que aqui não foi diferente, pois continuaram a defender às mesmas ideologias que os tornaram indesejáveis em seu país de origem.

Entre os fatores que contribuíram para que o anarquismo prevalecesse sobre o socialismo “deveu-se menos às características do tipo de trabalhador que militava nesse movimento e muito mais às condições políticas do Brasil da Primeira República” , ou seja, um socialismo, que em sua maior parte, defendia mudanças através do processo eleitoral, encontrou dificuldades no caso brasileiro, onde o espaço para a participação eleitoral dos trabalhadores era limitado. Mesmo com a República, a expectativa positiva de colocar em prática as ideologias negadoras logo cedeu lugar a uma grande desilusão. (BATALHA, 2003, p. 172).

Além da dificuldade para eleição de trabalhadores, as características do sistema eleitoral diminuía as chances de voto, com a percepção de que o sistema eleitoral era fraudulento, afastava a maioria dos eleitores potenciais, o que tornava fácil a eleição de candidatos fora

dos partidos dos trabalhadores, pois restavam os eleitores que auferiam algum tipo de benefício através de relações clientelistas com os chefes políticos, ou então aqueles que de alguma maneira eram coagidos a participar, ou simplesmente os poucos que acreditavam poder mudar a situação através da participação.

Os princípios libertários penetraram no Brasil de diversas formas, livros folhetos e jornais chegavam de navios vindos da Europa, pelos portos do Rio de Janeiro ou de Santos, a literatura anarquista passava de país para país, e as obras dos anarquistas russos Bakunin e Kropotkin e do italiano Errico Malatesta eram traduzidas para muitas línguas, e por outro lado, as correntes migratórias também contribuíram para a difusão das idéias anarquistas, pois vários desses trabalhadores já haviam participado de lutas políticas em seus países de origem.

No Rio de Janeiro, o primeiro registro de atividades anarquistas, segundo Edilene Toledo, é de 1892, quando a polícia relata reuniões de estrangeiros que procuravam difundir as idéias libertárias entre os trabalhadores. Porém, já em 1890 havia anarquistas no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo. (TOLEDO, 2007).

Os anarquistas procuraram difundir as idéias libertárias não somente entre os operários, denunciando as condições de exploração dos trabalhadores nas fazendas de café e nas fábricas da cidade, segundo Toledo, o discurso anarquista também era endereçado à sociedade, visto que os libertários queriam emancipar a humanidade como um todo e não somente os operários.

O movimento anarquista, além de incentivar a luta do operariado contra a exploração capitalista, tinha outro objetivo, a propaganda de seu ideário e de uma moral não contaminada pelos dogmas da Igreja, do Estado e da moral burguesa.

A educação ocupava um lugar central para os anarquistas, pois defendiam a idéia, de que só a educação garantiria o êxito da revolução social, já que tinha a função de tornar possível o acesso à consciência revolucionária, o autodidatismo popular tinha lugar de destaque nos discursos anarquistas. Segundo Toledo (2007, p. 72):

[...] acreditavam que o caminho para a transformação da sociedade era a transformação das pessoas pela educação e pela propaganda. Nesse esforço em favor da educação, a imprensa era o principal meio de expressão das idéias, pois se tratava do único veículo de grande alcance.

A educação transforma-se assim em um instrumento para a conscientização dos trabalhadores da sua força e de seus direitos, ou então, para que o proletariado sinta a

necessidade de formar ligas, uniões de ofício, associações operárias, sindicatos, a fim de preparar o caminho para greve geral.

O anarquismo nas primeiras décadas do século XX avançava no interior do movimento operário brasileiro, motivado pelo descontentamento com os ideais republicanos, pois as promessas feitas à classe operária não se cumpriram. Ao mesmo tempo em que o anarquismo se apresentava como uma forma de organização da classe operária brasileira surgia por meio dos líderes libertários um instrumento que se destinaria a ser o verdadeiro baluarte dos operários, denunciando a exploração e conscientizando o proletariado. A imprensa operária era o principal meio de expressão utilizado pelos líderes do movimento operário durante a Primeira República brasileira, não somente como porta-voz dos trabalhadores, mas também desempenhando um importante papel de educação e divulgação dos ideais libertários.

### ***Imagens e mensagens libertárias na imprensa anarquista***

A imprensa operária, sobretudo a que em sua linha editorial seguia uma ideologia anarquista, por meio de suas publicações “atacou o patrão, o conceito de Pátria, a guerra, a religião a concentração de renda e defendeu o amor livre, a paz, a distribuição da renda, o pensamento libertário e individual” . (GAWRYSZEWSKI, 2009, p. 42).

Na imprensa proletária, textos e imagens eram utilizados para mostrar a condição de vida e de trabalho dos operários e de suas famílias e para convocar as massas operárias a saírem às ruas para reivindicar melhores condições. As ilustrações utilizadas pela imprensa libertária, segundo Raquel de Azevedo, teriam como função a transmissão de princípios libertários ou a representação da condição operária. As imagens procuravam retratar a condição de vida operária, bem como a opressão no trabalho, possuindo um caráter popular, pois eram produzidos e consumidos pelos próprios trabalhadores, com um vocabulário agressivo, tendo como principal objetivo intensificar o apelo à mobilização do leitor pela instigação e pela revolta (AZEVEDO, 2002, p. 170).

Os jornais anarquistas não possuíam anúncios, segundo a concepção libertária eram proibidos, pois os jornais deveriam ser sustentados por seus leitores, caso contrário perderiam o objetivo doutrinário. Devido à precária sustentação econômica, as edições possuíam, em geral, quatro páginas de tamanho tablóide, com exceção do número dedicado ao Primeiro de Maio, que, em geral, recebia um número maior de páginas e no qual as ilustrações apareciam repletas de alegorias.

Na imprensa operária o Estado, a Igreja e o capitalismo eram representados como instituições autoritárias, inimigas do proletariado, podendo ser vistos de forma complementar ou entrelaçando-se uns com os outros:

O ESTADO era representado através de seus instrumentos repressivos: Leis, Exército, Parlamento, Política; a IGREJA emergia através da figura do padre, retratando opressão moral e o CAPITALISMO, por sua vez, expressava a exploração econômica e opressão dos valores de classe, apresentando-se graficamente na imagem do gordo patrão burguês. (AZEVEDO, 2002, p. 172).

Nas ilustrações, a figura feminina aparecia não ao lado dos seus companheiros de luta, mais sim em trajes clássicos portando, como principal atributo, o barrete frígio como sinal de libertação, assumindo uma função alegórica de “deusa da Liberdade” , indicando o ideal ao qual o trabalhador consciente deveria abraçar. Ainda nas palavras de Raquel de Azevedo (2002, p. 216): [...] a mulher trabalhadora era representada, em geral, com um físico raquítico, compondo a família operária e, de modo semelhante ao homem explorado, era desenhada de forma que deixasse patente seu estado de fraqueza física e moral.

Outro elemento presente nas ilustrações dos periódicos anarquistas era o sol nascente que, por sua vez, não tinha um caráter ameaçador, pois representava o início de uma “nova era” de um novo porvir, aparecendo no horizonte ou emoldurando figuras emblemáticas que representavam a revolução, a liberdade ou a anarquia.

O realismo das imagens e o didatismo das longas legendas que as acompanhavam, transformavam as ilustrações em uma verdadeira cartilha para os trabalhadores identificados com o desejo de protesto. A opressão a que estava sujeito o trabalhador era representada de diferentes formas: “correntes, ‘árvore daninha’ , animais como a cobra ou símbolos da autoridade, como canhões, armas, crucifixo e cifrão” . (AZEVEDO, 2002, p. 206).

Símbolos, como o machado, eram emprestados para representar o ideário libertador, animais eram utilizados para representar a fera da reação contra os trabalhadores. O trabalhador aparecia com algemas rompidas em vários títulos de jornais e, segundo Raquel de Azevedo, utilizava-se esta imagem como um símbolo da prisão, que remetia à identificação com a escravidão, termo usado com frequência para a nomeação da condição operária, tanto em seu sentido figurado quanto histórico.

O burguês tinha como estereótipo características que reproduziam seu estado físico, muitas vezes simbolizado pela gordura, que caracterizava o ócio, a riqueza e a alimentação

farta do patrão. A igreja era caracterizada por um gigantesco e obeso padre, aparecendo em várias ilustrações anarquistas, com um caráter de denúncia por exercer a exploração popular, apontando para a união entre lei e religião, por ser mais uma forma de manipular o trabalhador.

As imagens anarquistas que visavam representar o trabalhador eram carregadas de estereótipos, representando uma vida cheia de privações, essas imagens tinham como função, “denunciar a pobreza material da classe, responsabilizando o sistema capitalista que seccionava a sociedade em ricos e pobres.” (AZEVEDO, 2002, p. 176).

As imagens tinham ainda como função divulgar os ideais anarquistas, seja pelo fato de mostrarem as condições a que estavam submetidos os trabalhadores, ou demonstrarem as diferenças entre o trabalhador e o patrão. O contraste entre as duas classes era representado em quadros divididos ao meio, “tendo de um lado o trabalhador envolvido em atividade produtiva com seus equipamentos”, enquanto do outro lado “o burguês ocioso estava a fazer suas refeições em local refinado, com agradável companhia feminina ou, então, a contemplar suas riquezas empilhadas em vários sacos de dinheiro dentro de um cofre.” (AZEVEDO, 2002, p. 177).

Essas imagens tinham como objetivo dignificar o trabalhador, que somente com o seu trabalho, justificaria seu merecido descanso e alimento.

O estereótipo do trabalhador, ainda segundo Raquel de Azevedo, era representado nas ilustrações como: “produtor da riqueza, escravo – oprimido, explorado – pobre”, em contraste com o patrão, que era representado como: “parasita – fluidor – ocioso, senhor – déspota, opressor, explorador – ladrão, rico”. Em contraste à exploração, o trabalhador era simbolizado como:

[...] pária que trabalha para o engrandecimento do Brasil, classe que realmente produz, vítima da exploração, da prepotência dos patrões, fecundo e produtivo, escravo da fábrica, escravo branco, míseros escravos cujo delito exclusivo consiste em precisarem trabalhar para viver! vive sob o jugo tirânico, mata-se de trabalhar, não consegue viver, fâmulos da terra em que nasceram, torpemente explorado, pobres entes, miseráveis. (AZEVEDO, 2002, p. 178).

Nas publicações da imprensa anarquista, no dia Primeiro de Maio, as ilustrações assumem um papel de insistência nas idéias da necessidade de união do proletariado, não só na imagem do gigantesco trabalhador, mas também no seu punho cerrado, gesto que expressava a convicção e a disposição de luta.

Deste modo, o ideal do Primeiro de Maio, nas ilustrações anarquistas, propunha paralisações e manifestações simultâneas dos trabalhadores conscientes de seus direitos. Em uma ilustração publicada no jornal anarquista *A Plebe*, em abril de 1933, no estado de São Paulo, o trabalhador é representado por uma estátua, com os braços cruzados, tendo à sua frente seus instrumentos de trabalho, como a bigorna, a foice e o martelo, transformam-se em símbolos de luta. A fábrica opressora ao fundo com suas chaminés sem fumaça, expressando a união do operariado que cruzava os braços no dia do trabalho, o céu carregado de nuvens colaborava para a composição de um ambiente ameaçador, gerado pela força operária. (AZEVEDO, 2002, p. 206).

Outra característica presente nos jornais operários era a reedição de uma mesma imagem, ou seja, uma imagem podia aparecer em outras edições, como é o caso da imagem comentada anteriormente que foi publicada pela *A Plebe* anteriormente na edição dedicada ao primeiro de maio de 1923, representando o “verdadeiro significado” da data para os anarquistas.

Os instrumentos de trabalho ao mesmo tempo em que simbolizavam os instrumentos de luta que o operariado dispunha, apelava para a idéia da ameaça, pois não aparecem manchados com sangue, a violência era, dessa forma, apenas o indício de um recurso disponível, caso fosse necessária a resistência às forças contrárias à transformação.

## ***Algumas considerações***

Os jornais anarquistas em sua maioria tinham uma vida efêmera, saindo muitas vezes um único número, ou então em um pequeno período, alguns mudavam de nome a fim de manter uma regularidade editorial, um mesmo editor podia participar da edição de outros jornais anarquistas.

Como não possuíam anúncios comerciais, o formato dos jornais era determinado pelas condições financeiras e máquinas disponíveis, predominando o formato tablóide, o número de páginas não era padronizado, o conteúdo a ser editado e as condições financeiras é que determinavam a quantidade de páginas, não eram comercializados, sendo mantidos pelos próprios operários e simpatizantes da causa que enviavam a sede do editorial, subscrições voluntárias bem como o material que seria publicado nas páginas do jornal.

Mesmo com dificuldades financeiras e perseguições políticas aos seus editores, a imprensa proletária não deixou de existir, sobretudo nos anos iniciais da primeira República, que houve a publicação de inúmeros jornais operários.

No âmbito brasileiro a imprensa proletária ocupou um papel de destaque no movimento operário, muitas vezes mais atuante que o próprio sindicato, pois desempenhava

a função de organizar os trabalhadores e conscientizá-los para o que seria sua libertação. Além de fornecer elementos para a educação dos operários, pois os anarquistas acreditavam que somente com a educação seria possível atingir a revolução social. Desta forma, a imprensa era lida e relida nas associações de trabalhadores, com o intuito de construir uma unidade e conscientizar a classe operária, para em seguida andar sobre os escombros da sociedade burguesa os verdadeiros inimigos do trabalhador, destruídos pela união dos trabalhadores.

## **Referências**

AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Coleções Teses e Monografias, v. 3).

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 161-189. (O Brasil Republicano, v. 1).

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Edunicamp, 2004.

BILHÃO, Isabel. Dia de festa ou dia de luto: viva o Primeiro de Maio. In: \_\_\_\_\_. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008. p. 218-251.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). *Imagens anarquistas: análises e debate*. Londrina: UEL, 2009. p. 11-42.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). *A formação das tradições (1890-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1. p. 53-87.